

# Brasil perderá R\$ 5,5 bi se mudar acordo sobre Itaipu

Mudança prevê elevar valor pago ao Paraguai pela cessão de energia

**Remuneração pela energia excedente irá de US\$ 120 mi para US\$ 360 mi ao ano se Congresso der seu aval**

HUMBERTO MEDINA  
DE BRASÍLIA

O Brasil perderá aproximadamente R\$ 5,5 bilhões caso o Tratado de Itaipu seja modificado, e o valor pago ao Paraguai a título de remuneração por cessão de energia seja aumentado de US\$ 120 milhões por ano para

US\$ 360 milhões ao ano.

O valor é superior ao total de projetos de saneamento básico contratados nas regiões Norte e Nordeste, de acordo com o 8º Balanço do PAC (R\$ 4 bilhões).

Os cálculos da perda foram feitos pelo Instituto Acende Brasil, centro de estudos em energia elétrica patrocinado pelos principais investidores privados no setor.

O prejuízo total, a ser bancado pelo Tesouro Nacional, representa o aumento na remuneração pela energia cedida ao longo da duração de um dos anexos do tratado,

que termina em 2023.

A aprovação da mudança pelo Congresso deveria ter acontecido na semana passada, mas a oposição conseguiu fazer com que o tema tenha de ser apreciado por uma comissão especial, que ainda não foi criada.

De acordo com Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, o Congresso brasileiro não deveria ratificar a mudança. "A diferença será paga pelos contribuintes. O Congresso deve zelar para que o tratado não seja desvirtuado", disse.

## DEFESA

O governo não nega o prejuízo, mas defende a alteração com o argumento de que é preciso preservar a parte principal do tratado, que garante ao Brasil a exclusividade na compra da energia não consumida pelo país vizinho.

Na visão dos negociadores brasileiros, se o Brasil resistisse a reajustar o valor, o Pa-

raguai poderia pedir a revisão do próprio tratado, para poder vender sua parte da energia para outros países (como a Argentina). É isso que o governo quer evitar.

A remuneração por cessão de energia foi uma contrapartida criada na época da assinatura do acordo, em 1973, para garantir que o Paraguai só poderia vender ao Brasil o que não usasse.

Manter a exclusividade na compra do excedente, na visão do governo brasileiro, é importante porque ele representa aproximadamente 8% do nosso consumo.

Sem a energia paraguaia de Itaipu, o Brasil teria que buscar alternativas, provavelmente com a construção de mais termelétricas, com um custo maior.

O governo alega ainda que esse tipo de modificação é normal — porque reflete aumento de custos — e não é sequer inédito, já tendo acontecido em 1985 e 2005.



## Em 2009, país teve custo de US\$ 1,16 bi

DE BRASÍLIA

A modificação no acordo de Itaipu, se concretizada, será a segunda benesse do governo Lula ao Paraguai.

A primeira, concedida em 2007, após a Cúpula do Mercosul, custou US\$ 1,16 bilhão à Eletrobras só em 2009, segundo cálculos dos ministérios da Fazenda e de Minas.

Em 2007, o Brasil permitiu que o Paraguai deixasse de pagar a correção monetária ("fator de ajuste") no saldo devedor da hidrelétrica de Itaipu.

Esse "fator", calculado com base na inflação norte-

americana para consumidores e indústria, passou a ser integralmente arcado pela Eletrobras.

Quando o governo anunciou esse acordo, em fevereiro de 2007, informou que não haveria ônus para o consumidor brasileiro.

A versão era que não haveria repasse. Não foi o que aconteceu. Somados os valores de 2008 e 2009, o consumidor brasileiro já teve que arcar com US\$ 343,3 milhões por conta do benefício dado ao Paraguai.

Parte do prejuízo já foi repassada por meio da tarifa pela qual a Eletrobras repassa a energia de Itaipu às distribuidoras. Outra parte, de cerca de US\$ 1 bilhão, ficou como "ativo regulatório" —que pode ser transferido para a tarifa em momento adequado.

## ITAIPU SOB REVISÃO

Mudança no tratado elevará custos anuais para o Brasil de US\$ 120 mi para US\$ 360 mi

### US\$ 27 bi

foi o custo aproximado para a construção da usina. Só o Brasil tomou os empréstimos e deu garantias para a construção

### 2023

é quando a usina terminará de ser paga. O saldo devedor é de, aproximadamente, US\$ 18,7 bilhões

## ENTENDA A REVISÃO

Na revisão do tratado, será aumentada a Remuneração por Cessão de Energia, que trata de quanto um país paga ao outro pela energia cedida

### Diferença

A diferença não vai para a tarifa paga pelos consumidores brasileiros. Ela será paga por todos os contribuintes, uma vez que a conta ficará com o Tesouro Nacional

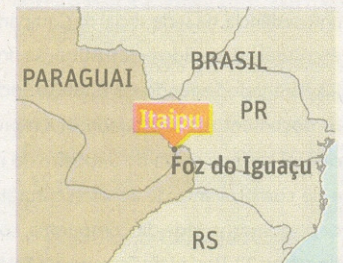
o custo anual para o Brasil sairia de

**US\$ 120 mi** para **US\$ 360 mi**

## RAIO-X DE ITAIPU

### A hidrelétrica

No rio Paraná, 20 geradores, que podem gerar até 14 mil MW (megawatts) de energia, formam a hidroelétrica binacional, localizada em Foz do Iguaçu (PR), na fronteira entre Brasil e Paraguai



### Geração

No ano passado, foram gerados 91.651.808 MW/hora, quantidade suficiente para...



...suprir todo o consumo mundial por dois dias

OU



...atender por nove anos o Paraguai

OU



...abastecer, por um ano, 21 cidades do porte de Curitiba (PR)

## **Folha de S.Paulo – 15/07/2010**

### **Brasil perderá R\$ 5,5 bi se mudar acordo sobre Itaipu**

Mudança prevê elevar valor pago ao Paraguai pela cessão de energia

Remuneração pela energia excedente irá de US\$ 120 mi para US\$ 360 mi ao ano se Congresso der seu aval

HUMBERTO MEDINA DE BRASÍLIA

O Brasil perderá aproximadamente R\$ 5,5 bilhões caso o Tratado de Itaipu seja modificado, e o valor pago ao Paraguai a título de remuneração por cessão de energia seja aumentado de US\$ 120 milhões por ano para US\$ 360 milhões ao ano.

O valor é superior ao total de projetos de saneamento básico contratados nas regiões Norte e Nordeste, de acordo com o 8º Balanço do PAC (R\$ 4 bilhões).

Os cálculos da perda foram feitos pelo **Instituto Acende Brasil**, centro de estudos em energia elétrica patrocinado pelos principais investidores privados no setor.

O prejuízo total, a ser bancado pelo Tesouro Nacional, representa o aumento na remuneração pela energia cedida ao longo da duração de um dos anexos do tratado, que termina em 2023.

A aprovação da mudança pelo Congresso deveria ter acontecido na semana passada, mas a oposição conseguiu fazer com que o tema tenha de ser apreciado por uma comissão especial, que ainda não foi criada.

De acordo com **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, o Congresso brasileiro não deveria ratificar a mudança. "A diferença será paga pelos contribuintes. O Congresso deve zelar para que o tratado não seja desvirtuado", disse.

DEFESA

O governo não nega o prejuízo, mas defende a alteração com o argumento de que é preciso preservar a parte principal do tratado, que garante ao Brasil a exclusividade na compra da energia não consumida pelo país vizinho.

Na visão dos negociadores brasileiros, se o Brasil resistisse a reajustar o valor, o Paraguai poderia pedir a revisão do próprio tratado, para poder vender sua parte da energia para outros países (como a Argentina). É isso que o governo quer evitar.

A remuneração por cessão de energia foi uma contrapartida criada na época da assinatura do acordo, em 1973, para garantir que o Paraguai só poderia vender ao Brasil o que não usasse.

Manter a exclusividade na compra do excedente, na visão do governo brasileiro, é importante porque ele representa aproximadamente 8% do nosso consumo.

Sem a energia paraguaia de Itaipu, o Brasil teria que buscar alternativas, provavelmente com a construção de mais termelétricas, com um custo maior.

O governo alega ainda que esse tipo de modificação é normal -porque reflete aumento de custos- e não é sequer inédito, já tendo acontecido em 1985 e 2005.